

Visibilidade política da Comunicação Comunitária na América Latina¹

Adilson Vaz CABRAL FILHO²

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

Eventos extremos, como a recente pandemia da COVID-19 de 2020 a 2022 ou as fortes enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul, evidenciaram a importância social da rádio comunitária. No entanto, a radiodifusão comunitária vem sendo ainda preterida em relação a plataformas digitais. Assim, são aqui abordadas a visibilidade política da Comunicação Comunitária, visando ressaltar iniciativas que articulam o local com o global envolvendo pesquisadores e ativistas: a II Conferência Municipal de Comunicação (II CONFECOM Niterói), na cidade de Niterói, e a Red Iberoamericana de Comunicación Comunitaria, Alternativa y Participatória (RICCAP), articulação acadêmica e social que investiga meios comunitários na Europa e na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Comunitária; Políticas de Comunicação; Conferência Municipal de Comunicação; Direito Humano à Comunicação; América Latina.

INTRODUÇÃO

Os novos fluxos da produção e veiculação de conteúdos audiovisuais comunitários podem ser compreendidos como oportunidades e potencialidades nas mídias sociais, apesar de consistirem em saídas possíveis frente à descontinuidade na formulação e implementação de políticas públicas, contribuindo para o desinteresse político e a invisibilidade social da Comunicação Comunitária na América Latina.

A despeito de eventos extremos, como a recente pandemia da COVID-19 de 2020 a 2022 ou as fortes enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul, que

¹ Trabalho enviado para o GP Políticas e Estratégias de Comunicação, para o 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, de 03 a 06 de setembro de 2024, em Balneário Camboriú-SC.

Este artigo está sendo realizado no marco das pesquisas: “A diversidade cultural nas produções audiovisuais comunitárias no Estado do Rio de Janeiro”, relativa à Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq PQ2, de 2021 a 2024 e “A diversidade cultural do audiovisual comunitário no Estado do Rio de Janeiro: novas dinâmicas de produção, circulação e apropriação social”, relativa à bolsa do Edital Cientista do Nosso Estado da FAPERJ, de 2022 a 2025.

² Professor Titular da Universidade Federal Fluminense no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC, também coordenador desde 2024). Bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq - nível 2 (2021-2024) e Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ (2022-2025). Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Email: acabral@comunicacao.pro.br. Orcid: 0000-0001-8132-6675. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1787526384833274>.

evidenciaram a importância da rádio comunitária em rede para o reforço da solidariedade entre os atingidos, a radiodifusão comunitária vem sendo preterida em relação a tecnologias digitais implementadas em plataformas com infraestruturas e regulamentação alheias à capacidade de atuação de seus integrantes.

Assim, propõe-se aqui a necessidade de reconfigurar o tecido social pela Comunicação Comunitária com base na formulação de políticas públicas que compreendam a Comunicação democrática como direito humano para a afirmação de demais direitos, se pautando por pensar e agir no global com pés no local e a partir da compreensão de uma economia política do cotidiano.

A partir desse contexto, propõe-se o enquadramento em duas iniciativas, buscando abordar a visibilidade política da Comunicação Comunitária em torno de iniciativas que articulam o local com o global envolvendo pesquisadores e ativistas:

(1) a II Conferência Municipal de Comunicação (II CONFECOM Niterói), realizada em 14 de março de 2023, na cidade de Niterói, que contou com integrantes de grupos, organizações e movimentos sociais gerais e de iniciativas de comunicação comunitária para que, em conjunto com o poder público municipal, identificassem propostas a serem implementadas para o fortalecimento da comunicação no município e o desenvolvimento da comunicação local nos territórios e

(2) a Red Iberoamericana de Comunicación Comunitaria, Alternativa y Participatória (RICCAP), que consiste numa articulação acadêmica e social que busca promover a investigação crítica e comprometida sobre e com a participação dos meios comunitários na Europa e na América Latina e conta, atualmente, com articulações em rede na Argentina e no México, além de parcerias com Chile, Colômbia e outros latino-americanos.

VISIBILIZAR A RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Compreender a radiodifusão comunitária no momento presente implica em relacionar a apropriação dos novos fluxos do audiovisual também pela construção de novas formas de participação social que incidam na promoção da literacia midiático-informacional e vislumbrem cenários midiáticos inclusivos nos quais se formulem e implementem políticas públicas pela formação de agentes potencializados em territórios

locais, a partir da formação de Conselhos Distritais de Comunicação em articulação com Conselhos Municipais e o conjunto da reconstrução do tecido social da Comunicação, tal qual vem sendo trabalhadas as políticas culturais no país.

O problema a ser colocado e amplamente debatido não é de natureza tecnológica, mas sócio-técnica, na medida da compreensão dos avanços tecnológicos dentro de uma política capaz de ser apropriada pelas coletividades em retroalimentação, compreendendo a importância das iniciativas comunitárias de Comunicação em todas as plataformas disponíveis.

Assim, torna-se necessário compreender a Comunicação Comunitária na centralidade dos temas relacionados às novas e “novíssimas” tecnologias, a despeito de sua recorrente compreensão periférica, como Terceiro Setor numa composição com setores outros como o estatal e o privado. Importante contextualizar dimensões epistemológicas, geopolíticas e sócio culturais dessa limitação, bem como a potencialidade da Comunicação Comunitária na reconstrução do tecido social em torno de distintas áreas acadêmicas e sociais, visibilizando a importância das iniciativas de radiodifusão comunitária no enfrentamento das questões globais nos territórios locais.

POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS MECANISMOS LOCAIS DE COGESTÃO

A II CONFECOM Niterói, lançada em agosto de 2022 na Câmara dos Vereadores do município, com a participação de representantes da prefeitura, da sociedade civil e de parlamentares, envolveu um processo com etapas de reuniões preparatórias para a ampliação da participação social, visando melhor qualificação no debate sobre os seguintes eixos: “Comunicação Popular”, “Direito à Comunicação” e “Desconcentração da Mídia”.

Dentre as propostas aprovadas, a criação do Conselho Municipal de Comunicação, com composição paritária entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, visando formular propostas que venham a ser implementadas como políticas públicas para o setor, em articulação com a elaboração e a implementação de Coletivos locais para a formação para grupos, coletivos e organizações, visando capacitá-los para atuar em questões variadas, relacionadas a como as Políticas de Comunicação incidem em suas localidades.

Assuntos relativos ao fortalecimento da Comunicação Comunitária no município, como a existência do Canal da Cidadania e da TV Câmara (este último como canal de TV por assinatura), o incentivo à participação da cidade em concessões públicas de rádio e tv, a viabilização de projetos integrados em escolas públicas e demais espaços de construção coletiva nos distintos territórios, a destinação da verba de publicidade governamental, além da apropriação social de tecnologias digitais por moradores, trabalhadores e usuários nos bairros e regiões da cidade, entre outros assuntos, demandam um espaço de debates, encaminhamento de propostas e construção de deliberações que possa refletir a expectativa do conjunto da sociedade para o setor das Comunicações no município.

MAPEAR ARTICULAÇÕES IBERO-AMERICANAS SUSTENTÁVEIS

A articulação brasileira inspirada na pesquisa desenvolvida pela RICCAP está se organizando para promover um amplo mapeamento de iniciativas de comunicação comunitária e de formas de sustentabilidade que lhes permitam dar continuidade a suas atividades. Compreende-se a necessidade de formular e implementar políticas específicas de comunicação e políticas públicas de um modo geral no Brasil, caracterizando a produção de dados que sintetiza a atuação de iniciativas por parte de grupos, coletivos e movimentos sociais, envolvendo plataformas de radiodifusão (rádio e/ou TV), além da Internet e suas mídias sociais. O mapeamento busca compreender como essas iniciativas em especial são dispostas em relação à divisão do espectro eletromagnético e como ocupam os espaços disponíveis nos processos comunicacionais de âmbito comunitário, inspirando-se em iniciativas já em curso na Espanha e Argentina, e que estão envolvendo outros países da América Latina, como Chile, Colômbia e México.

A pesquisa partirá de uma distribuição por Estados por integrantes em rede formada a partir de uma convocatória ampla, visando atender a todas as unidades da Federação. O mapeamento busca identificar as seguintes informações: (1) caracterização das iniciativas frente ao arcabouço regulatório brasileiro; (2) nome oficial e de fantasia da iniciativa de rádio e/ou tv comunitária; (3) endereço físico e endereço virtual (Web, Instagram ou afins) e (4) Frequência (rádio) ou canal / operadora



(TV). E, para efeito desta pesquisa, são considerados os seguintes tipos de emissora: Rádios Comunitárias, a partir da Lei 9612/98; Canais Comunitários de TV por Assinatura, considerada a Lei 12485/2011; os Canais da Cidadania, conforme Decreto 5820/2006 e Portaria 489/2012, além de projetos encerrados ou migrados para a web ou outras formas de veiculação.

A respeito das políticas de sustentabilidade nas iniciativas pesquisadas, serão levados em consideração: (1) verbas publicitária governamental nos níveis federal, estaduais e municipais; (2) fundos de apoio públicos; (3) editais gerais / temáticos por algum órgão público, seja em comunicação como atividade fim ou outra área que atenda Comunicação e (4) outras formas.

A divulgação e a formação de interessadas(os) serão trabalhadas em espaços de formação livre, em mini-cursos e eventos acadêmicos, bem como servirá para a formulação de uma disciplina comum entre Programas de Pós-graduação em rede, prevista para 2025.

PRINCIPAIS RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Com a cartografia proposta, não se pretende constituir um diagnóstico em si de presença ou ausência das iniciativas comunitárias de radiodifusão, mas compreender o mapa como uma ferramenta que ajuda a descrever a existência, viabilizando elementos para uma formulação mais adequada de políticas públicas para o setor.

É preciso transpor a condição periférica em relação a qual a Comunicação Comunitária é compreendida, incluindo sua tipificação como 3º setor. A comunicação formada a partir da sociedade que se apropria das tecnologias de informação e comunicação não pode ser considerada como em ordem de importância menor, mas como outra forma de articulação de iniciativas de Comunicação, para além da comunicação estatal / público ou da comunicação de mercado / privada.

Para além do conhecido slogan do movimento ambientalista dos anos 1970, pensar local e agir global, é preciso pensar e agir global, mas com os pés no local, pela construção de uma economia política do cotidiano que compreenda processos comunicacionais emergentes, a partir das localidades, elaborados em consonância e a



partir da consciência de práticas e processos nacional e global que se articulam com o local e o regional.

Daí ser importante a expectativa com a II CONFECOM Niterói, como mecanismos de cogestão no Brasil, e a articulação a partir da parceria com a RICCAP, na contribuição para formulação de políticas públicas. Iniciativas como essas colocam em perspectiva a atuação de pessoas, grupos, coletivos e movimentos nos territórios locais, em articulação com ações no âmbito das diferentes esfera de atuação para a formulação de políticas públicas democráticas de comunicação, que a compreendam como direito humano em articulação com outros direitos.

REFERÊNCIAS

CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Comunicação Comunitária como chave regulatória privilegiada para Políticas Nacionais de Comunicação. CABRAL, Eula. **Comunicação, Cultura e Informação em perspectiva**. Divinópolis, Meus Ritmos Editora, 2021.

CAMPOS, Maria Alice e MELO, Mário Jefferson Leite. **Anões na terra dos gigantes: a comunicação comunitária televisiva no Brasil**. Lisboa, Frenavatec, 2017.

COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

GUMUCIO-DAGRON, Alfonso y HERRERA-MILLER, Karina. **Política y legislación para la radio local en America Latina**. La Paz, Plural, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Ofício do cartógrafo**. Travessias Latino-Americanas da Comunicação na Cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, Dênis de. **Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural**. RJ: Mauad X, Faperj, 2016.

SEL, Susana. Comunicación alternativa y políticas públicas en el combate latinoamericano. SEL, Susana. **La comunicación mediatizada: hegemónias, alternativas, soberanías**. Buenos Aires, CLACSO, 2009.

SILVA, Juliano D. da; MORAES FILHO, Ivan. (Org.). **Sobre a mídia que queremos: comunicação pública, direitos humanos & democracia**. 1ed. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2016.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época**. Comissão internacional para o estudo dos problemas de comunicação. Rio de Janeiro: FGV, 1983.